



PATRIMÔNIO CULTURAL
BRASILEIRO



Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia



SALVAGUARDA
DA CAPOEIRA
NA BAHIA



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendência do Iphan na Bahia

Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia

Organização – Maria Paula Fernandes Adinolfi

Salvador, IPHAN, 2018

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA CULTURA
Sérgio de Sá Leitão

**PRESIDENTE DO INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL**
Kátia Santos Bogéa

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (DPA)**
Marcos José Silva Rêgo

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO**
Andrey Rosenthal Schlee

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
PATRIMÔNIO IMATERIAL**
Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
COOPERAÇÃO E FOMENTO**
Marcelo Brito

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
PROJETOS ESPECIAIS (DPE)**
Robson Antônio de Almeida

**COORDENADORA-GERAL DE PROMOÇÃO
E SUSTENTABILIDADE**
Rívia Ryker Bandeira de Alencar

SUPERINTENDENTE DO IPHAN NA BAHIA
Bruno César Sampaio Tavares

**COORDENADORA TÉCNICA DO IPHAN NA
BAHIA**
Flor-de-Lis Dantas e Cardoso



ORGANIZAÇÃO

Maria Paula Fernandes Adinolfi

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTO

Paula Pflüger Zanardi

REVISÃO DE EDIÇÃO DE CONTEÚDO

Comissão especial de revisão do Plano de Salvaguarda – Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia:

Ana Oliva Marcílio de Souza

Maria Cristina dos Anjos Ramos (Contramestra Nzinga)

Paulo Magalhães (Contramestre Sem Terra)

Washington Bahia Silva (Mestre Washington Bahia)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tiago Ribeiro

2.000 exemplares

Salvador, Bahia

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P712

Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia / organização, Maria Paula Fernandes Adinolfi. – Salvador : IPHAN-BA, 2018.

60 p. ; 16x21 cm.

ISBN: 978-85-7334-348-9

1. Capoeira – Bahia. 2. Capoeira – salvaguarda. I. Adinolfi, Maria Paula Fernandes.

CDD 363.69098171

SUMÁRIO

07	—	A construção do Conselho Gestor e do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia
08	—	O que é o Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia?
10	—	Como o Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia foi elaborado?
12	—	O que é o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia?
16	—	Histórico dos Seminários “Salve a Capoeira: Construção do Plano de Salvaguarda e do Conselho Gestor da Capoeira na Bahia”
24	—	O Seminário Estadual
26	—	A salvaguarda da capoeira na Bahia hoje
29	—	Princípios
30	—	Diretrizes de Salvaguarda
Eixo 1.		MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA
33	—	1.1. Mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores
35	—	1.2 Articulação institucional e política integrada
35	—	Apoio aos Mestres
36	—	Relações Internacionais
36	—	Meio Ambiente
37	—	Empreendedorismo
37	—	Educação
38	—	Saúde
38	—	Gestão Pública
38	—	1.3. Pesquisas, mapeamentos e inventários participativos (com participação e protagonismo dos capoeiristas)
38	—	História e memória da capoeira
39	—	Perfil sócio-cultural da Capoeira



Eixo 2. GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE SALVAGUARDA

- 41 — 2.1 Apoio ao Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia e aplicação do Plano de Salvaguarda
- 42 — 2.2 Formação de gestores para a implementação e gestão de políticas patrimoniais

Eixo 3. DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO

- 45 — 3.1. Difusão sobre o universo cultural do bem registrado
- 47 — Cadastro Nacional da Capoeira
- 48 — 3.2 Constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural da capoeira
- 49 — 3.3. Ação educativa para diferentes públicos
- 50 — 3.4. Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda
- 52 — 3.5. Ampliação de mercado para benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais

Eixo 4. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL

- 54 — 4.1. Transmissão de saberes relativos ao bem cultural registrado
- 55 — Capoeira na Educação Formal
- 58 — 4.2. Apoio às condições materiais de produção dos bens culturais registrados
- 59 — 4.3. Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para centros de referência de bens registrados
- 60 — 4.4. Atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos



SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA



A CONSTRUÇÃO DO CONSELHO GESTOR E DO PLANO DE SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA

Maria Paula F. Adinolfi¹

Em virtude do reconhecimento da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira como patrimônio cultural do Brasil, registrados em 2008, a Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia (IPHAN-BA) realizou entre 2013 e 2016 os **Seminários “Salve a Capoeira: Construção do Conselho Gestor e do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia”** com objetivo de efetivar a salvaguarda destes bens culturais. Seguindo as diretrizes do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o objetivo principal desta ação foi garantir o protagonismo dos capoeiristas na formulação de políticas públicas de salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira. Ainda que registrados separadamente, entende-se que a política de salvaguarda não deve compartimentar ações para a Roda e para os Mestres, tratando ambas as expressões culturais que foram objeto de Registro de maneira conjunta. Os objetivos específicos destes seminários foram: 1. Construir o Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia; 2. Formar o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia; 3. Discutir criticamente os projetos de regulamentação da profissão de capoeirista.

1. Técnica em Ciências Sociais do Iphan na Bahia, responsável pelas ações de salvaguarda da capoeira no estado. Bacharel em História e Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

O QUE É O PLANO DE SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA?

É um plano construído pelos capoeiristas da Bahia que define diretrizes, ações e metas a serem realizadas a curto, médio e longo prazo, em até dez anos, tendo como objetivo maior a salvaguarda, ou seja, o estímulo, o apoio, o fomento à capoeira, para que os saberes ligados a ela sejam mantidos e transmitidos para os jovens capoeiristas: os conhecimentos ligados aos toques, os movimentos, as histórias, as mandingas e rituais da capoeira e dos Velhos Mestres. Salvaguardar também significa buscar estratégias para que os Mestres possam viver dignamente da sua arte, ser reconhecidos, atuar como educadores e ter apoio quando trabalham no exterior, entre outras prioridades.

O Plano define metas e ações, com base nas principais demandas dos capoeiristas. Durante os Seminários “Salve a Capoeira” foi iniciada a discussão sobre governabilidades (quais as instituições responsáveis pela implementação), as prioridades e as estratégias de ação, mas não foram aprofundadas a ponto de constar neste documento final. Concluiu-se que elas deveriam ser definidas a partir da elaboração de um planejamento estratégico, a ser realizado pelo Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, com apoio técnico do Iphan, o que veio a ocorrer nos encontros do Conselho Gestor em 2018.

Para a elaboração do Plano de Salvaguarda durante os Seminários “Salve a Capoeira” houve uma opção metodológica de adotar uma estrutura temática orientada pelas demandas e problemas concretos enfrentados pelos capoeiristas para a continuidade de sua prática. Procurou-se dialogar com os seis



eixos temáticos propostos durante os Encontros Pró-Capoeira, realizados pelo Iphan em âmbito nacional em 2010: Capoeira e políticas de financiamento; Capoeira, profissão, organização social e internacionalização; Capoeira e educação; Capoeira, esporte e lazer; Capoeira e políticas de desenvolvimento sustentável; Capoeira, identidade e diversidade. Procurou-se também alinhar com os eixos temáticos propostos no I Seminário Baiano de Proposições de Políticas Públicas para a Capoeira, realizado em 2010 por um coletivo autônomo de capoeiristas, “com o intuito de discutir e elaborar propostas de formulação de políticas públicas, como forma de contribuir com as discussões iniciadas pelo Programa Pró-Capoeira do IPHAN”, conforme consta no documento final do Seminário.

Os eixos do I Seminário Baiano foram praticamente replicados nos Seminários “Salve a Capoeira”, que tiveram quatro Rodas Temáticas: **Capoeira, Identidade e diversidade; Capoeira e políticas de fomento, sustentabilidade e internacionalização; Capoeira, Educação, Esporte e Lazer; Capoeira, regulamentação e profissionalização.**

Considerou-se que a adoção destes temas pelos capoeiristas em encontro organizado autonomamente indica sua legitimidade, sua capacidade de sintetizar, na visão deles próprios, as linhas principais do debate da salvaguarda. Partiu-se dos resultados gerados por estes encontros anteriores para o estabelecimento das diretrizes que foram apresentadas aos capoeiristas nos Seminários “Salve a Capoeira” para orientar a elaboração das metas e ações.

Cumprе ressaltar que metas e ações são indistintas neste documento, que traz ao mesmo tempo o mapeamento dos desejos e expectativas dos capoeiristas, na interface de sua

prática com o poder público, formulando assim enunciados bastante gerais, assim como a proposição de ações pontuais que respondem a problemas concretos e específicos. Optou-se, durante o desenvolvimento das Rodas Temáticas, por não tentar “controlar” e “organizar” por demais o fluxo de ideias e debates; os moderadores das Rodas orientaram os capoeiristas, em todos os encontros, a pensar em termos propositivos, buscando as soluções, de maneira a trazer ao primeiro plano seu protagonismo no processo, ou seja, buscar ao máximo possível soluções autônomas e autogestionadas.

COMO O PLANO DE SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA FOI ELABORADO?

Os autores do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia são as centenas de capoeiristas que participaram de sua elaboração. Em cada um dos dez seminários “Salve a Capoeira” (ver histórico abaixo) foi construído pelos capoeiristas participantes um Plano de Salvaguarda Territorial. Em seguida foi preparada pela equipe do Iphan uma compilação de todas as propostas elaboradas nos dez seminários, que resultou em um caderno com 122 (cento e vinte e duas) ações. A compilação procurou agrupar propostas idênticas ou semelhantes, mantendo ao máximo a redação original, mas fazendo algumas adaptações para compatibilizar ou tornar mais genéricas e abrangentes propostas que originalmente eram muito específicas. Não foram suprimidas propostas, apenas agrupadas, salvo quando sua realização já tenha sido atingida, como a candidatura da capoeira a patrimônio mundial.



No Seminário Estadual, em 2016, esta compilação dos Planos Territoriais foi distribuída aos participantes. O método então utilizado para aprovação do Plano de Salvaguarda, inspirado no que é adotado nas Conferências de Cultura, foi a divisão dos participantes nas quatro Rodas Temáticas (as mesmas que aconteceram em todos os seminários anteriores), fazendo em cada Roda a leitura corrida de todas as ações que lhe eram pertinentes, com pedido de destaque de alteração pelos participantes e aprovação automática das ações para as quais não foram pedidos destaques. Em seguida, os que pediram destaque apresentaram sua proposta de alteração ao texto. Cada proposta foi debatida e elaborada a nova redação (quando necessário) e em seguida submetida a votação, quando não atingido consenso. Todas as alterações foram registradas pelos relatores. Após as Rodas Temáticas finalizarem suas alterações e aprovação do documento, foi realizada a plenária final, na qual foram apresentadas a todos as mudanças realizadas, para aprovação do documento em sua versão final, com 119 ações.

Essa foi a primeira versão do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia, divulgada em formato digital logo após sua aprovação no Seminário Estadual. Sua grande extensão se explica pelo fato de que ações bastante semelhantes entre si foram propostas dentro das quatro Rodas Temáticas. Optou-se naquele momento por mantê-las tal e qual, respeitando a memória do que foi discutido e aprovado em cada Roda e permitindo ver a recorrência das proposições, o que evidencia sua legitimidade e representatividade, mostrando que as preocupações fundamentais perpassam e extrapolam as tentativas de classificação e organização temática.

A versão ora publicada do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia é o resultado de uma edição feita em 2018, com

a colaboração de uma Comissão do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia especialmente formada para esta finalidade, que compilou ações e reestruturou o documento elaborado em 2016, de forma que o Plano pudesse estar em acordo com a estrutura dos Planos de Salvaguarda prevista na Portaria Iphan nº 299/2015, contemplando os eixos e tipos de ações nela estabelecidos. Esta edição também fez com que o documento se tornasse mais enxuto e objetivo, facilitando seu manuseio e aplicação por capoeiristas e gestores públicos, agora reduzido a 72 ações. É importante ressaltar que nada do que constava na versão original foi suprimido: as ações recorrentes simplesmente foram agregadas, de forma que não se repetissem. De toda maneira, o documento original se mantém nos arquivos do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia e da Superintendência do Iphan na Bahia e está à disposição para consulta.

O QUE É O CONSELHO GESTOR DA SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA?

É um órgão colegiado, vinculado à Superintendência do Iphan na Bahia, formado por capoeiristas e por representantes de órgãos públicos que atuam em áreas relevantes para a capoeira, que tem a responsabilidade de estabelecer o diálogo entre tais órgãos e a comunidade capoeirista da Bahia, dando encaminhamento às ações do Plano de Salvaguarda e sendo consultado para a formulação e implementação de políticas públicas para a capoeira. O Conselho atua como interlocutor da capoeira baiana junto ao poder público e deve garantir



o fluxo contínuo de comunicação com a comunidade da capoeira. Tem papel consultivo, deliberativo (tomada de decisões) e executivo (execução de parte das ações) para fins de implementação do Plano de Salvaguarda.

O Conselho Gestor é integrado por capoeiristas da maior parte do estado da Bahia. Sua primeira gestão (2016-2018) foi formada por representantes escolhidos pelos dez Grupos Territoriais constituídos em cada um dos Seminários Salve a Capoeira (2013-2016), além dos representantes institucionais.

Os critérios de escolha dos representantes devem garantir a *diversidade* na composição do Conselho, expressa em termos de diversidade de gênero, de idade, de nível de graduação na Capoeira e de perfil (em termos de formação, experiência e atuação). Outro critério importante é a *disponibilidade* para atuar no Conselho, considerando as demandas de tempo e de deslocamento necessárias e considerando que se trata de um trabalho voluntário.

Em 03 a 05 de agosto de 2018, na terceira reunião ordinária do Conselho Gestor, ocorrida no Forte da Capoeira, em Salvador, foi aprovado seu Regimento Interno, que estipula a duração do mandato de dois anos para os conselheiros. Os Grupos Territoriais integram a estrutura do Conselho Gestor, que também mantém representação proporcional dos Territórios em sua composição. Nesta mesma reunião os conselheiros eleitos em 2016 foram reconduzidos para mais um mandato (2018-2020), em acordo com o que prevê o Regimento Interno, e foi eleita sua primeira Coordenação Geral, composta por onze membros: Presidente de Honra, Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Diretor de Comunicação, Vice-Diretor de Comunicação, Diretor

de Formação e Mobilização, Vice-Diretor de Formação e Mobilização, Diretor de Articulação Institucional, Vice-Diretor de Articulação Institucional. A Coordenação-Geral foi empossada na quarta reunião do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, ocorrida em Santo Amaro, em 28 a 30 de setembro de 2018, e passou a coordenar as ações do Conselho, incluindo suas reuniões, a partir da quinta reunião, ocorrida em Lençóis, de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2018.

Na sua formação inicial, em 2016, o Conselho Gestor contava com 35 membros titulares e respectivos suplentes, sendo 27 representantes capoeiristas dos dez Grupos Territoriais e oito representantes de órgãos públicos. Em 2018, após a formação de mais um Grupo Territorial (Litoral Norte e Agreste Baiano) e da adesão de mais três órgãos públicos, o Conselho passou a contar com **39 membros titulares e respectivos suplentes, sendo 28 representantes capoeiristas de 11 Grupos Territoriais e 11 representantes de órgãos públicos, conforme quadro a seguir:**



Quadro 1.**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA (2018)**

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (28 membros Capoeiristas)	REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS (11 membros institucionais)
03 Representantes do GT Capoeira Angola	Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia/Ministério da Cultura;
02 Representantes do GT Chapada Diamantina e Piemonte do Paraguaçu;	Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura;
02 Representantes do GT Costa do Descobrimento e Extremo Sul;	Centro de Culturas Populares e Identitárias/SECULT/BA;
03 Representantes do GT Litoral Sul e Baixo Sul;	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia/SECULT/BA;
01 Representante do GT Litoral Norte e Agreste Baiano;	Secretaria de Educação do Estado da Bahia;
04 Representantes do GT Portal do Sertão, Recôncavo e Sisal;	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia;
06 Representantes do GT Região Metropolitana de Salvador;	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Bahia;
01 Representante do GT Semiárido do Nordeste II;	Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Renda;
02 Representantes do GT Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim;	Fundação Gregório de Mattos/PMS;
03 Representantes do GT Velho Chico, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente;	Universidade do Estado da Bahia;
01 Representante do GT Vitória da Conquista.	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

HISTÓRICO DOS SEMINÁRIOS “SALVE A CAPOEIRA: CONSTRUÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA E DO CONSELHO GESTOR DA CAPOEIRA NA BAHIA”

Os Seminários “Salve a Capoeira: Construção do Plano de Salvaguarda e do Conselho Gestor da Capoeira na Bahia” surgiram como desdobramento de um acúmulo de experiências no trato do Iphan com os capoeiristas para a patrimonialização da Capoeira. Esta relação do órgão de patrimônio com os capoeiristas começou com as reuniões realizadas em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, no período da pesquisa para instrução do processo de Registro, em 2006-2007 e prosseguiu com os Encontros Pró-Capoeira, realizados em Recife, Brasília e Rio de Janeiro em 2010. Além dos resultados desses encontros, promovidos pelo Iphan, os Seminários Salve a Capoeira procuraram incorporar também as críticas feitas aos Encontros Pró-Capoeira pela sociedade civil, no encontro autônomo promovido pelo coletivo “Militância e Capoeira” em Salvador, em 11 e 12 de dezembro de 2010, denominado I Seminário Baiano de Proposições de Políticas Públicas para a Capoeira, sintetizadas em documento chamado *Manifesto da Bahia*. As principais críticas à metodologia utilizada nos Encontros Pró-Capoeira foram a contratação de consultores que teriam o papel de definir os representantes da capoeira que participariam dos encontros e a participação limitada de “representantes”, sem que os critérios fossem claros e sem que se soubesse quem, afinal, eles representavam, já que a capoeira tem uma relação problemática com a ideia de representação.



Desta forma, ao se conceber os Seminários Salve a Capoeira, acatando o que foi exigido pelos capoeiristas no *Manifesto da Bahia*, um princípio pautou toda a estruturação dos eventos: o Iphan não deveria, em nenhuma hipótese, eleger “representantes” para este diálogo. As convocatórias deveriam ser todas abertas, amplas e irrestritas, de maneira a englobar a diversidade imensa que caracteriza o campo da capoeira. Também não foi adotada a figura do consultor, ou seja, do mediador especialista entre o Estado e os capoeiristas, que de certa maneira filtraria a representação. Os capoeiristas parceiros que atuaram como mobilizadores no Primeiro Ciclo de Seminários foram orientados a fazer convocatórias amplas, para além das suas redes de camaradas na capoeira, independentemente de estilos e grupos de capoeira. A entrada de todos os eventos foi franca e a participação ilimitada.

Outras questões pautadas no *Manifesto da Bahia* também foram contempladas: a ocorrência de plenária final para validar todas as propostas apresentadas nos seminários territoriais e no Estadual, e um posicionamento crítico do Iphan relativo a propostas que limitem a diversidade e a liberdade da capoeira e dos capoeiristas, especialmente aquelas que procuram restringir ou regulamentar sua atuação profissional. Desta maneira, procuramos, a princípio, ter uma atuação institucional balizada pelas decisões coletivas autônomas ocorridas no Seminário de Salvador de 2010, entendendo que elas constituíram críticas importantes à atuação pregressa do Iphan nos Encontros Pró-Capoeira.

No dia 05 de maio de 2013 foi realizada uma experiência piloto de Seminário para discutir propostas de salvaguarda da capoeira, o evento intitulado “Pluralidade no Universo da Capoeira na construção do Plano de Salvaguarda”, realizado

em parceria com a Associação de Capoeira, Arte e Recreação Berimbau de Ouro – ACARBO, fundada e dirigida por Mestre Raimundo José das Neves (Mestre Macaco), em Santo Amaro, Recôncavo Baiano, no Centro de Referência do Samba de Roda, mediante apoio técnico e financeiro do Iphan para realização do evento “Revitalizar para não se perder no tempo” (02 a 05 de maio de 2013), de iniciativa e produção da ACARBO. Esta experiência trouxe os primeiros resultados de mobilização dos capoeiristas do Recôncavo, com o apoio decisivo de Mestre Macaco, que desde então tem sido forte aliado na construção da política de salvaguarda da capoeira na Bahia (sendo atualmente Vice-Presidente do Conselho), e serviu também para pensar a metodologia a ser utilizada nos seminários.

O Primeiro Ciclo de Seminários foi realizado de novembro de 2013 a julho de 2014 nos municípios de Ilhéus, Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, nesta ordem de ocorrência. A definição dos municípios onde deveriam ser realizados os seminários foi feita a partir de diálogos com os capoeiristas membros do coletivo “Militância e Capoeira” e também dos dados do Cadastro Nacional da Capoeira, que indicavam em quais locais era mais densa a prática da capoeira, em termos de número de grupos e de capoeiristas. Os seminários foram produzidos por uma empresa contratada para este fim, através de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com recursos próprios do Iphan.

Cada seminário teve a participação de uma média de 150 capoeiristas, oriundos de cerca de 15 a 20 municípios vizinhos às cidades onde se realizaram, por isso sua abrangência foi representativa do Território de Identidade ao qual o município pertence, ou mesmo de Territórios vizinhos, formando



assim uma representação macroterritorial. Com o intuito de compatibilizar as ações de Salvaguarda da Capoeira com a estrutura organizativa das políticas de Cultura do estado da Bahia, decidiu-se adotar a classificação utilizada pela Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT) que divide o estado em 27 Territórios de Identidade definidos a partir de critérios socioeconômicos e de identidade cultural. Em cada seminário foi formado um Grupo Territorial (GT), composto por capoeiristas de diversos municípios do Território ou Macroterritório. Cada GT tem a responsabilidade de acompanhar a implementação das ações de salvaguarda em seu Território, além de manter e expandir a mobilização em todos os seus municípios.

Quadro 2.

MUNICÍPIOS DE REALIZAÇÃO DO PRIMEIRO CICLO DE SEMINÁRIOS EM NOVEMBRO DE 2013 A JULHO DE 2014 E SEUS RESPECTIVOS TERRITÓRIOS.

MUNICÍPIO DE REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO PRIMEIRO CICLO	TERRITÓRIO/ MACROTERRITÓRIO ABRANGIDO
Salvador	Território Região Metropolitana de Salvador
Ilhéus	Macroterritório Litoral Sul e Baixo Sul
Feira de Santana	Macroterritório Portal do Sertão, Recôncavo Baiano e Sisal
Vitória da Conquista	Território Vitória da Conquista

O Segundo Ciclo de Seminários foi realizado de novembro de 2014 a abril de 2015. Ocorreram cinco Seminários, organizados e produzidos pelos próprios Mestres/grupos de Capoeira, selecionados por meio de edital de concurso que os contemplou com premiação no valor de 15 mil reais cada (75 mil no total) para realizar esta ação.

O processo seletivo do concurso ocorreu de agosto a setembro de 2014, após o recebimento de um total de 17 propostas, sendo quatro desclassificadas por falta de documentação e 13 propostas válidas. A Comissão de avaliação das propostas, formada por uma representante do Iphan e três membros externos (dois institucionais e um capoeirista; o outro capoeirista convidado, por razões particulares, ausentou-se), selecionou Associações de Capoeira sediadas nos municípios de Livramento de Nossa Senhora (Associação Desportiva e Cultural CEAC - Capoeira Expressão Arte e Cultura), Bom Jesus da Lapa (Associação Lapense de Capoeira Ginga Bahia), Eunápolis (Associação de Capoeira Kilombolas), Ribeira do Pombal (Associação de Capoeira Arte Brasileira) e Lençóis (Associação de Capoeira Corda Bamba de Lençóis). Assim como no primeiro ciclo, os participantes não se limitaram ao município-sede, mas vieram de diversos municípios do Território e também de Territórios vizinhos, conferindo aos GTs formados abrangência territorial. Cada seminário teve média de público de 60 pessoas.



Quadro 3.

MUNICÍPIOS DE REALIZAÇÃO DO SEGUNDO CICLO DE SEMINÁRIOS DE NOVEMBRO DE 2014 A ABRIL DE 2015 E SEUS RESPECTIVOS TERRITÓRIOS.

MUNICÍPIO DE REALIZAÇÃO DOS SEMINÁRIOS SEGUNDO CICLO	TERRITÓRIO/ MACROTERRITÓRIO ABRANGIDO
Livramento de Nossa Senhora	Macroterritório Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim
Bom Jesus da Lapa	Macroterritório Velho Chico, Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente
Ribeira do Pombal	Território Semiárido Nordeste II
Lençóis	Macroterritório Chapada Diamantina e Piemonte do Paraguaçu
Eunápolis	Macroterritório Costa do Descobrimento e Extremo Sul

Apesar de todos os esforços para descentralizar o processo de Salvaguarda, ainda não foi possível atingir toda a Bahia. Em 2015 cogitava-se realizar um terceiro ciclo de Seminários nos Territórios que não foram contemplados nas edições anteriores. Contudo, perante a urgência de dar encaminhamento às políticas para a capoeira, sobretudo no que tange à questão da regulamentação e profissionalização e à sua inserção nos sistemas oficiais de ensino, considerou-se prioritária para o ano de 2016 a consolidação do Conselho Gestor e do Plano de Salvaguarda.

Desta forma, para finalização das ações, foi planejado um seminário voltado especificamente para o segmento da Capoeira Angola, e como culminância de todo processo, o Seminário Estadual. Para a contratação dos serviços de produção dos dois eventos foi realizada nova licitação, na modalidade Pregão Presencial.

O seminário para a Capoeira Angola foi realizado no Forte do Santo Antônio Além do Carmo, também conhecido como Forte da Capoeira, no centro da cidade de Salvador, BA, no dia 02 de abril de 2016. Os Angoleiros são reconhecidos como importantes detentores de “fundamentos” da capoeira, tanto de seu repertório de movimentos e toques como de sua história e sua “mandinga, manha e malícia”, como dizia Mestre Pastinha. No entanto, por razões diversas, que incluem uma desconfiança arraigada em relação ao Estado, mas também seu caráter minoritário em termos numéricos e as eventuais falhas na mobilização, a participação deste segmento nas nove edições dos Seminários Salve a Capoeira foi baixa. Por isso o Iphan considerou imprescindível sua incorporação à construção de uma política que fosse representativa também de suas demandas, entendendo que, como grupo minoritário no conjunto da capoeira baiana, os angoleiros nem sempre



se sentem contemplados pelas ações propostas em âmbito geral. Por outro lado, eles têm muito a contribuir em relação à preservação do legado ancestral da capoeira e das suas matrizes afro-brasileiras, em um momento histórico no qual a globalização, a mercantilização e a evangelização constituem ameaças de descaracterização desta prática.

Seguindo diretrizes gerais do Estado Brasileiro, pautadas na Constituição de 1988, são reconhecidos os direitos de grupos minoritários, particularmente seu direito à identidade. Aplicando este princípio, entende-se que o Estado deve reconhecer os diversos praticantes, os diversos estilos e modalidades e os diversos grupos, tratando como sujeito das políticas públicas de salvaguarda todos os que se reconhecem e auto-identificam como capoeiristas, respeitados os aspectos que conferem identidade e sentido ao Ofício de Mestre e à Roda de Capoeira, conforme o processo de Registro. Propõe-se criar uma dinâmica de unidade na diversidade, ou seja, reconhecer o direito à autodeterminação e à identidade dos angoleiros, mas sem que isso se constitua em “privilégio” ou diferenciação, garantindo a isonomia do tratamento. Por tais razões, e também em virtude de demanda específica apresentada por alguns angoleiros no seminário ocorrido em Lençóis, decidiu-se pela realização do seminário para este segmento, que contou com a importante colaboração de Elzinha Abreu e Toni Silva para mobilizar e garantir a presença maciça, quiçá inédita, de cerca de 220 praticantes da capoeira Angola no seminário, dentre eles muitos Velhos Mestres, mas também Contramestres, Professores e Treinéis, vindos de Salvador, Camaçari, Santo Amaro, Saubara, Cachoeira, Ilhéus, Uruçuca (Serra Grande), Itacaré, Valença, Vera Cruz, Lençóis, Palmeiras (Caeté-Açu), Seabra, Boninal, Morro do Chapéu, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Juazeiro, Petrolina e Eunápolis.

O SEMINÁRIO ESTADUAL

Conforme planejamento anunciado em cada um dos seminários realizados, a culminância e finalização dos trabalhos de construção do Plano de Salvaguarda e da formação do Conselho Gestor se deu no Seminário Estadual, realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2016, no qual foram reunidos os representantes dos dez Grupos Territoriais (incluído aqui o GT da Capoeira Angola). Diferentemente dos anteriores, o Seminário Estadual ocorreu em dois dias, sendo o primeiro dedicado à elaboração e aprovação da versão final do Plano de Salvaguarda e o segundo à escolha dos representantes do Conselho Gestor e cerimônia de posse dos mesmos.

Em virtude do lapso de tempo decorrido entre os seminários territoriais e este último, em muitos casos os Grupos Territoriais formados encontravam-se desmobilizados. Foi necessário um amplo trabalho de articulação e mobilização por parte do Iphan para reativar esses grupos e garantir sua participação no Seminário Estadual. Isto foi feito através de uma maratona de reuniões realizadas entre março e abril de 2016, nas dez cidades onde ocorreram os seminários, com auxílio dos membros mais ativos dos GTs, que providenciaram os locais para realização das reuniões, além de colaborar na localização e mobilização dos outros membros. Foram utilizados diversos meios de comunicação para atingir os membros dos GTs, desde convites presenciais a contatos telefônicos, email, divulgação na página e grupo do Facebook “Salvaguarda da Capoeira na Bahia” e criação de um grupo de Whatsapp para cada GT, tendo em vista a popularidade deste aplicativo entre os capoeiristas, que se tornou o principal meio para convocação para reuniões, envio dos relatórios de cada seminário e ata das reuniões realizadas, organização da



participação no Seminário Estadual (envolvendo a logística de transporte e hospedagem), e permanecem sendo canais de comunicação entre o Iphan e os GTs nas articulações posteriores ao Seminário Estadual.

No primeiro dia do Seminário ocorreu a aprovação do Plano de Salvaguarda, conforme processo já descrito acima. No segundo dia, os membros de cada um dos GTs que participaram do Seminário Estadual escolheram seus representantes para compor o Conselho Gestor, conforme o número apresentado acima no Quadro 1, garantindo assim a representação de capoeiristas dos diversos Territórios de Identidade no Conselho. Cada GT foi acompanhado por um moderador, que atuou na orientação quanto a critérios e regras e no registro do processo de escolha dos representantes. Os membros dos GTs foram orientados a buscar uma escolha consensual dos representantes; onde esta não foi alcançada, ocorreu escolha mediante votação. Os GTs tiveram autonomia para propor métodos de votação, o que ocasionou pequenas variações de grupo a grupo, sempre consensuadas previamente. Desta maneira, foi formada a primeira composição do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, cujo mandato foi renovado em 2018, até o ano de 2020.

A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA HOJE

Após um interím de ausência de encontros presenciais em 2017, em virtude das mudanças políticas, da diminuição dos recursos para a salvaguarda e da priorização de outras ações (tal como a produção de materiais de divulgação sobre o Conselho Gestor, o Plano de Salvaguarda e o Cadastro Nacional da Capoeira, bem como a publicação deste Plano, que só agora pode ser finalizada), no ano de 2018 o Conselho Gestor retomou plenamente suas atividades e ocorreram as três reuniões mencionadas acima. Este ano foi, assim, fundamental para formalizar o Conselho: foi publicada a Portaria de sua criação pela Superintendência do Iphan na Bahia (Portaria nº 42/2018, de 28 de setembro de 2018), foi aprovado seu Regimento Interno e foi eleita sua primeira Coordenação Geral, que assumiu funções antes desempenhadas exclusivamente pelo Iphan, avançando na apropriação da política de salvaguarda da capoeira pelos seus detentores e consolidando o Conselho como instância legítima de representação e interlocução com os poderes públicos. Finalmente, foi elaborado um planejamento estratégico, que estabeleceu prioridades e estratégias de ação para a implementação de ações do Plano de Salvaguarda, com o auxílio da consultora Bruna Zagatto.

Para concluir este breve histórico, cabe observar que, ao narrar a realização de ações de salvaguarda, é necessário refletir também sobre a exiguidade dos recursos humanos de que o Iphan dispõe para cumprir com sua missão institucional, assim como valorizar os profissionais que se empenham arduamente para tornar efetivas as políticas públicas. Todo o trabalho de planejamento, comunicação, produção de conteúdo, supervisão



de produção dos eventos e boa parte das atividades de mobilização e articulação dos Seminários da Capoeira Angola e Estadual foi realizado por uma equipe composta por apenas duas pessoas: a autora deste texto, coordenadora geral da ação, e Paula Pffüger Zanardi, aluna do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio (PEP/Iphan), assistente da coordenação, que posteriormente também foi responsável pela edição do Plano de Salvaguarda, a quem apresento aqui meus sinceros agradecimentos pela inestimável parceria. Da mesma forma, manifesto minha gratidão à colega Nalva Santos, que colaborou na realização do Primeiro e Segundo Ciclo dos Seminários no cumprimento das mais diversas tarefas, pelo apoio e estímulo permanentes.

Este documento não existiria sem o esforço de todos que atuaram como mobilizadores, articuladores, moderadores e relatores, assim como o de dezenas de profissionais que trabalharam nas equipes de produção dos seminários, na limpeza, alimentação, operação de equipamentos, receptivo, registro audiovisual, dentre outros, através das empresas TMais e Maria Escombona Cultura e Desenvolvimento (Primeiro Ciclo), Associações de Capoeira que produziram o Segundo Ciclo de Seminários e Ferramenta Consultoria (Seminários da Capoeira Angola e Estadual e reuniões do Conselho Gestor em 2018).

Finalizo os agradecimentos estendendo-os às centenas de camaradas capoeiristas baianos que têm colaborado neste processo, e que são os autores deste Plano de Salvaguarda, em particular aos membros de todos os Grupos Territoriais e do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia. Saúdo, nas pessoas do Presidente de Honra do Conselho Gestor, Jaime Martins dos Santos (Mestre Curió), do Presidente

Eduardo Carvalho Correia (Mestre Duda) e do Vice-Presidente Raimundo José da Neves (Mestre Macaco), a todas e todos os capoeiristas que têm dedicado seu tempo e sua energia à concretização desta parceria frutuosa e enriquecedora – ainda que muitas vezes conflitiva, como costumam ser as reais interações humanas – entre sociedade civil e Estado para efetivar as políticas públicas para salvaguarda da capoeira, em um processo participativo exemplar e essencial à democracia e à diversidade cultural do país.

Feita esta apresentação, a Superintendência do Iphan na Bahia torna público, oficialmente, o Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia, com edição de 2000 exemplares e também disponível em seu site, no link

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/
PlanoSalvaguardaCapoeiraBahia.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PlanoSalvaguardaCapoeiraBahia.pdf)



PRINCÍPIOS

Garantir que toda e qualquer política para a capoeira contemple a sua diversidade de linhagens e estilos.

Desaprovar qualquer tipo de regulamentação da profissão de capoeira sem exaustiva, ampla e legítima discussão sobre o assunto com a comunidade da capoeira.

Não permitir a descaracterização de elementos da capoeira por motivos religiosos e não investir recursos públicos para a salvaguarda em eventos que neguem as matrizes africanas da capoeira.

Garantir a atuação profissional dos Mestres tradicionais, sem necessidade de formação acadêmica ou filiação a quaisquer entidades para o desempenho dessa função, mas com critérios que legitimem um capoeirista enquanto educador capacitado para essa atuação.

DIRETRIZES DE SALVAGUARDA

Identidade

- Fortalecer a capoeira como portadora de identidade de matriz africana, ressaltando a oralidade como elemento de transmissão de saberes e preservando suas formas tradicionais de aprendizado.
- Potencializar o exercício da cidadania cultural dos capoeiristas, garantindo o direito de acesso, produção e fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura; de reconhecer-se como sujeito cultural; e da participação qualificada nas decisões políticas sobre cultura, desenvolvimento e capoeira.

Diversidade

- Garantir a diversidade em espaços de discussões políticas sobre a capoeira, potencializando a importância do papel da mulher e valorizando a formação de novas lideranças.
- Fomentar dinâmicas de diálogo em prol da união entre as capoeiras nos espaços políticos de construção coletiva, respeitando todas as suas formas de expressão ou estilo: capoeira de Rua, Angola, Regional e outras vertentes; bem como garantir a representação de diferentes grupos e associações.



- Fomentar ações de inclusão de pessoas com deficiência na prática da capoeira.

Sustentabilidade

- Criar política pública que reconheça o elevado grau de maestria dos Velhos Mestres da capoeira, valorizando a sua contribuição para a constituição da cultura brasileira e assegurando benefícios pecuniários por meio de diferentes modalidades: prêmios, bolsas, editais, entre outros, enquanto Mestres da Cultura Popular.
- Desenvolver um plano de manejo para os recursos naturais utilizados na fabricação de instrumentos da roda de capoeira, que contemple a realização de pesquisas, mapeamentos, diagnósticos, estudos, sistemas coletivos de replantio e extrativismo sustentável.
- Implementar ações de produção e difusão cultural que fomentem a transmissão de saberes relativos à roda de capoeira e ao ofício de Mestre.

Fomento

- Fomentar a criação de políticas públicas que implementem ações de produção e difusão da roda de capoeira, garantindo aos capoeiristas acesso a essas políticas de forma menos burocrática.
- Garantir as condições de trabalho dos Mestres de capoeira em atuação, valorizando e fomentando o seu ofício.

Internacionalização

- Promover ações internacionais que divulguem a capoeira enquanto manifestação da cultura popular brasileira.
- Criar programa de apoio à difusão da cultura brasileira que facilite o trânsito e a permanência de Mestres e grupos de capoeira que oferecem cursos, participam de eventos e realizam rodas no exterior.

Profissionalização

- Garantir a atuação profissional dos Mestres tradicionais em espaços de ensino formais, sem necessidade de formação acadêmica para o desempenho dessa função, mas com critérios que legitimem um capoeirista enquanto educador capacitado para essa atuação.

Educação

- Garantir a presença da capoeira no ensino fundamental, médio e superior como conhecimento a ser tratado de forma interdisciplinar e não somente atrelada ao currículo da disciplina de Educação Física, fomentando e preservando o seu contexto, usos e significados que a caracterizam como patrimônio cultural.

Esporte e Lazer

- Apoiar a capoeira nos campos do esporte e lazer, reforçando seu caráter multifacetado (luta, jogo, dança, música) e preservando o seu contexto, usos e significados que a caracterizam como patrimônio cultural.



EIXO 1. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA



1.1 Mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores

Ações que promovam o encontro de capoeiristas, grupos de capoeira e sociedade civil, fortalecendo a autonomia dos capoeiristas para a gestão do patrimônio, a partir de debates sobre temáticas referentes ao Bem Registrado e da manifestação das expressões da capoeira.

AÇÃO 1

Promover periodicamente encontros, fóruns ou seminários dos Grupos Territoriais da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, para democratizar e atualizar as informações sobre as políticas públicas para a capoeira. Estes encontros devem ser:

- Protagonizados pelos capoeiristas, de preferência com a presença de representantes de todos os Grupos Territoriais;
- Abertos para sociedade civil e comunidade científica.

AÇÃO 2

Promover fóruns, encontros, rodas de conversa, oficinas, eventos e seminários, garantindo a participação de todas as formas de expressão e estilos de capoeira existentes na Bahia, utilizando metodologias ativas que priorizam o saber oral. Estes encontros terão como pauta:

- Os saberes da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestres;
- Temáticas que possam beneficiar e fortalecer a capoeira enquanto Patrimônio Cultural e provocar o aumento do respeito e união entre os grupos;
- A identidade afro-brasileira, a história e origem da capoeira no Brasil e diversidade da capoeira na Bahia.
- Difusão e preservação da história dos grupos e as histórias de vida dos Mestres, garantindo a transmissão do conhecimento aos mais novos;
- Abordagem de questões pertinentes a segmentos específicos: portadores de necessidades especiais, questões de gênero, feminismo, LGBTs, terceira idade e a juventude na capoeira, garantindo a realização de encontros voltados a estes públicos específicos;
- Realização de iniciativas femininas que fortaleçam o protagonismo da mulher, abordando os conflitos e tensões de gênero no universo da capoeira.

AÇÃO 3

Realizar encontros e eventos para a prática da capoeira que:

- Estimulem tanto a cooperação como a competição na capoeira, com foco na corporeidade e nos fundamentos culturais da sua prática, tais como música (canto e toque) e história, respeitando a integridade física e moral dos participantes;



- Aconteçam entre Grupos e Associações de capoeira da Bahia para vadiar;
- Estimulem e apoiem eventos e projetos já existentes e realizados pelos capoeiristas, objetivando contemplar os grupos através de um critério de rodízio, que beneficie no mínimo 15% da quantidade total de grupos da Bahia, por ano;
- Sejam realizados em espaços públicos abertos, como forma de fortalecimento e difusão da capoeira.

AÇÃO 4

Promover articulação com prefeituras municipais para viabilizar as condições materiais dos encontros e eventos dos grupos de capoeira: questões administrativas, de planejamento, divulgação, transporte, alimentação, hospedagem e execução.

1.2

Articulação institucional e política integrada

Ações voltadas para a integração da salvaguarda da capoeira aos diferentes programas de políticas públicas e o desenvolvimento de projetos integrados nas diferentes instâncias (federais, estaduais e municipais). Ações que busquem a mediação com outras esferas, públicas ou privadas, para a valorização do bem Registrado e dos capoeiristas.

APOIO AOS MESTRES

AÇÃO 5

Tornar efetiva a legislação estadual de apoio aos antigos Mestres de capoeira, tendo como referência a Lei 8.899/03, referente aos Mestres dos Saberes e Fazer do Estado da Bahia, e outras leis semelhantes de outros Estados.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AÇÃO 6

Promover e apoiar a capoeira no exterior por meio de ações que:

- Facilitem o trânsito e a permanência dos capoeiristas da Bahia fora do país, através da emissão de declaração do governo brasileiro que reconheça os trabalhos desenvolvidos por estes profissionais no Brasil;
- Estreitem a relação entre capoeiristas da Bahia e órgãos da diplomacia brasileira, através do apoio na mediação/articulação institucional;
- Fomentem e divulguem eventos e festivais de capoeira no exterior pelas embaixadas do Brasil.

MEIO AMBIENTE

AÇÃO 7

Estimular o diálogo e a integração com as ações das Secretarias de Meio Ambiente, visando a garantir o manejo e acesso às espécies vegetais utilizadas na confecção dos instrumentos da Roda de Capoeira, principalmente da biriba, a partir das ações:

- Elaboração de uma certificação ‘verde’ direcionada para a extração controlada e fiscalizada da biriba em determinadas regiões, realizada através de técnicas específicas de manejo/plantio e por pessoas credenciadas para tanto;
- Estabelecer áreas de preservação com plantio de mudas, com regras para o uso sustentável e para fornecimento às regiões menos favoráveis a este cultivo.



EMPREENDEDORISMO

AÇÃO 8

Inclusão da categoria específica de capoeirista ou artista/artesão nas linhas de crédito, financiamento e subsídio para:

- Requalificação, construção ou aquisição de sedes sociais e cessão de uso de espaços públicos para grupos de capoeira;
- Obtenção de financiamentos habitacionais e para empreendimentos de capoeira.

AÇÃO 9

Diminuir a burocracia para a formalização de instituições sem fins lucrativos, de cunho artístico-cultural, com isenção de taxas cartoriais, facilitando o direito a concorrer em editais, financiamentos e patrocínios, mediante o cumprimento da lei específica.

EDUCAÇÃO

AÇÃO 10

Estabelecer parcerias de contribuição mútua entre instituições de ensino, instituições de ressocialização de jovens e associações de capoeira, principalmente as sediadas no mesmo bairro, fortalecendo os eventos culturais e atividades de ensino das instituições.

Fortalecer a disseminação da Capoeira angola, regional e outras vertentes em distritos e povoados da Bahia, através da criação de um programa intersetorial específico para atender a esses objetivos.

AÇÃO 12

SAÚDE

Criar políticas públicas que implantem assistência de saúde mais específica e medicamentos subsidiados ao capoeirista, inserindo estratégias de promoção, prevenção e reabilitação da saúde dos capoeiristas.

AÇÃO 13

GESTÃO PÚBLICA

Propor a separação das Secretarias Municipais de Educação, Esporte e Cultura, nos municípios que ainda mantêm essa estrutura, e que os representantes dessas pastas tenham formação na área e reconhecimento pela comunidade.

1.3

Pesquisas, mapeamentos e inventários participativos (com participação e protagonismo dos capoeiristas)

Ações de produção de conhecimento complementar à instrução de Registro, com vistas a ampliar o conhecimento sobre o universo sócio-cultural do bem Registrado. As equipes devem ser prioritariamente formadas por capoeiristas – exercendo a função de coordenadores, pesquisadores, pesquisadores em formação e também como documentaristas, técnicos em audiovisual, entrevistadores, dentre outros.

AÇÃO 14

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAPOEIRA

Produzir e publicar materiais acerca da história e memória da capoeira na Bahia:



- Documentários, em curta e longa metragens, que ressaltem a identidade étnica e a dimensão de resistência da capoeira, para serem amplamente divulgados na web como ferramentas de transmissão do saber e sensibilização dos jovens;
- Biografias e memórias dos Mestres e registros sobre a história de fundação dos grupos e associações de capoeira da Bahia, a partir de pesquisa de campo com participação dos Mestres antigos, para difundir a trajetória artístico-cultural e social destes indivíduos e instituições, com distribuição gratuita para as comunidades às quais se destina.

AÇÃO 15

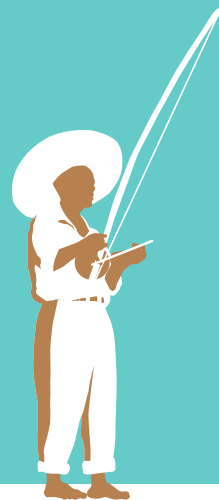
Realização de pesquisas históricas e sócio-antropológicas sobre as trajetórias e experiências das mulheres na capoeira.

PERFIL SÓCIO-CULTURAL DA CAPOEIRA

AÇÃO 16

Com base nos dados produzidos pelo Cadastro Nacional da Capoeira, realizar pesquisas e mapeamentos, de livre acesso ao público, que aprofundem o conhecimento sobre grupos, academias, associações de capoeira, seus estilos e linhagens:

- Com o objetivo de dar visibilidade ao pleito de aposentadoria dos antigos Mestres;
- Para criar subsídios de planejamento de políticas públicas para a capoeira no estado da Bahia;
- Para mapear os diversos segmentos existentes no exterior e reconhecê-los como um trabalho de difusão da cultura brasileira.



AÇÃO 17

Realizar mapeamentos, estudos, pesquisas e criar bases de dados sobre a diversidade de matérias-primas (além da biriba, outras madeiras, fibras e cabaças) que possam ser utilizadas na fabricação dos instrumentos da capoeira, bem como técnicas de manutenção de cultivo e aproveitamento, extração controlada e sustentável, incluindo o mapeamento de iniciativas já existentes no Brasil.

AÇÃO 18

Mapear e divulgar amplamente por meio impresso, digital e audiovisual as escolas que adotam o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, como é previsto na Lei 10.639/03, destacando a existência do ensino de capoeira angola, regional e suas vertentes, visando a sua inclusão para a valorização da identidade e história, como forma de reparação.

AÇÃO 19

Criar um grupo de estudo e discussão para trocas de experiências sobre os Programas de Educação Integral, em nível territorial, formados especialmente por capoeiristas que trabalham nos Programas e professores das escolas onde os capoeiristas atuam.



EIXO 2. GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE SALVAGUARDA

2.1 Apoio ao Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia e aplicação do Plano de Salvaguarda

Ações voltadas à manutenção e fortalecimento do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia e dos Grupos Territoriais (GT); criação de novos Grupos Territoriais e comissões específicas, disponibilização de pessoal técnico e de documentos para orientação dos capoeiristas; apoio, custeio e organização de reuniões e seminários; sensibilização e mobilização de instituições que desenvolvam políticas afins para que integrem o Conselho Gestor e os Grupos Territoriais e participem do planejamento e acompanhamento da salvaguarda (em consenso com os capoeiristas); implementação das ações deste Plano de Salvaguarda.

AÇÃO 20

Garantir que as ações deste Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia sejam incorporadas aos Planos Municipais de Cultura, por meio da representação de capoeiristas nas instâncias de participação e discussão entre a sociedade civil e os poderes públicos, tais como: Conselhos Municipais de Cultura e Educação, movimentos sociais, fóruns, colegiados, GTs, instituindo caráter deliberativo desses espaços de discussão e não apenas consultivo.

AÇÃO 21

Criar Conselhos Municipais da Capoeira, com representantes dos grupos de capoeira para atuar junto às Secretarias Municipais, com o intuito de inserir a capoeira na agenda pública, exigindo a implementação e revisão de políticas já existentes, bem como a implementação e acompanhamento das ações deste Plano de Salvaguarda. Estes Conselhos serão criados em interlocução com os Grupos Territoriais (GTs) e o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia.

AÇÃO 22

Garantir cadeira específica para os capoeiristas nos Conselhos de Cultura, nas esferas federal, estadual e municipal, com capacidade decisória nos encaminhamentos dos Fundos de Cultura de todas as esferas e fazendo parte das comissões de avaliação dos editais.

2.2**Formação de gestores para a implementação e gestão de políticas patrimoniais**

Ações de caráter pedagógico voltadas para aperfeiçoar a compreensão e o desempenho dos capoeiristas, mediadores e poderes públicos para a gestão do bem Registrado, por meio do apoio ou da realização de oficinas, seminários, cartilhas, manuais direcionados aos diversos públicos com orientações sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

AÇÃO 23

Fomentar e garantir a participação de Mestres e capoeiristas como alunos especiais em universidades, nas disciplinas que julguem estratégicas para o seu desenvolvimento humano e profissional.



AÇÃO 24

Realizar cursos de formação complementar de curta ou média duração, fóruns, palestras, oficinas de ensino-aprendizagem voltados aos capoeiristas, adequando a linguagem e metodologia ao nível de escolaridade dos participantes, com os objetivos de:

- Contribuir para a inserção do capoeirista nas instituições formais de ensino da Bahia e garantir, na perspectiva do saber popular, os conteúdos teóricos e práticos para aprofundar os conhecimentos sobre a capoeira, contando com a participação dos Velhos Mestres como educadores, além de outros profissionais;
- Possibilitar a aprendizagem de conteúdos acerca dos aspectos históricos, tradicionais e patrimoniais da capoeira, para que possam ser incorporados de forma didática ao cotidiano do processo de ensino e aprendizagem dos capoeiristas;
- Capacitar capoeiristas que atuam no ensino de pessoas com deficiência, qualificando-os acerca das temáticas que promovam a equidade na capoeira.

AÇÃO 25

Promover cursos de idiomas, com foco nos idiomas utilizados nos principais países de destino da capoeira no exterior, voltados aos capoeiristas da Bahia e capoeiristas brasileiros residentes no exterior, objetivando facilitar seu cotidiano e promover seu trânsito e permanência nos países de destino.

AÇÃO 26

Criar mecanismos de apoio para facilitar o trânsito e a permanência dos capoeiristas da Bahia fora do país, através de ações de intercâmbio cultural entre capoeiristas mais experientes no exterior e os que estarão indo pela primeira vez.



AÇÃO 27

Promover programas municipais, territoriais e estaduais de formação profissional para capoeiristas, Mestres, associações, grupos formalizados ou não, para qualificação em:

- Elaboração de projetos, gestão de projetos, leis de incentivo fiscal;
- Gestão Cultural e Gestão do Patrimônio Cultural, para que se promova autonomia e protagonismo dos capoeiristas na economia criativa da Bahia;

AÇÃO 28

Capacitar capoeiristas em manejo sustentável dos recursos naturais utilizados na fabricação de instrumentos por meio de:

- Vivências em iniciativas de agricultura familiar apoiadas pelo governo da Bahia;
- Outras formas de capacitação que incluam a utilização sustentável de recursos em áreas protegidas/unidades de conservação no estado da Bahia, de forma a contribuir para a preservação das unidades existentes e a criação de novas.



EIXO 3. DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO

3.1 Difusão sobre o universo cultural do bem registrado

Disponibilização de conteúdos a respeito da capoeira e do seu universo cultural, em diferentes suportes e mídias, para os vários segmentos da sociedade abrangente, em atendimento ao artigo 6º, II, do Decreto 3551/2000 (ampla divulgação do bem Registrado).

AÇÃO 29

Fomentar a produção, por capoeiristas e pesquisadores, de textos, livros, registros audiovisuais e iconográficos, materiais escolares, de educação patrimonial, sites e cartilhas que:

- Valorizem o universo da capoeira na Bahia, possibilitando uma melhor qualidade na difusão e divulgação de sua prática, simbologia e pleitos, com distribuição gratuita para as comunidades às quais se destinam, nas redes de ensino públicas e educação informal.
- Abordem os conceitos e fundamentos da capoeira, para circular nas exposições de museus como parte das políticas setoriais de museus da Bahia.

AÇÃO 30

Constituir uma Comissão Temática, apontada pelo Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, formada por Mestres/capoeiristas, pesquisadores da capoeira e educadores, para atuar junto a programas e órgãos que produzam, avaliem e implementem materiais didáticos impressos, digitais e audiovisuais sobre a história da capoeira, com vistas a combater o preconceito étnico-racial e de gênero e promover a construção da identidade étnico-racial e de gênero.

AÇÃO 31

Fomentar a produção de CDs com músicas cantadas e tocadas nos grupos de capoeira da Bahia, garantindo a diversidade da capoeira, com o objetivo de registro e difusão.

AÇÃO 32

Publicar livros em braile sobre a capoeira, voltados aos praticantes e admiradores que são deficientes visuais.

AÇÃO 33

Criar mecanismos de divulgação, edição e/ou reedição de livros de estudos já produzidos sobre a capoeira ou de materiais que fortaleçam a capoeira como portadora de identidade de matriz africana e tratem de sua diversidade, levando-se em consideração a produção acadêmica e não-acadêmica em diversas áreas de conhecimento. Estes materiais:

- Deverão ser produzidos com tradução, para divulgação no exterior, e ser disponibilizados nas escolas, bibliotecas públicas, instituições e academias de capoeira da Bahia.
- Poderão ser em formato de CD_ROM, catálogos impressos, livros, cartilhas, documentários, além de publicados na plataforma do Cadastro Nacional da Capoeira para acesso público e download gratuito, observando critérios de acessibilidade.



AÇÃO 34

Produção de material didático impresso e audiovisual que dê visibilidade e reconhecimento ao papel das mulheres na capoeira ao longo da história, até os dias atuais.

AÇÃO 35

Criar o “Dia da Capoeira” como feriado nos calendários de celebrações dos municípios da Bahia, para que sejam estimuladas a realização de desfiles, passeatas, mobilizações socioculturais, apresentações públicas, entre outros, em cada município do Estado, com dotação orçamentária prevista.

AÇÃO 36

Renomear espaços públicos em homenagem a Mestres e personagens históricos da capoeira.

CADASTRO NACIONAL DA CAPOEIRA

AÇÃO 37

Criar versão bilíngue do Cadastro Nacional da Capoeira, permitindo acesso em português e inglês.

AÇÃO 38

Melhorar a divulgação e acesso ao Cadastro Nacional da Capoeira na Bahia, apoiando a inclusão de todos os capoeiristas e grupos do estado.

AÇÃO 39

Fomentar os Fóruns dos Coletivos de Salvaguarda no site do Cadastro Nacional da Capoeira para a ampla divulgação e acesso dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de capoeira, a agenda de eventos dos grupos, endereço dos espaços onde se desenvolvem as ações municipais de capoeira e que se consolide como um banco de dados online com publicações sobre as histórias da capoeira e de seus Mestres.

AÇÃO 40

Utilizar os dados coletados pelo Cadastro Nacional da Capoeira (gênero, classe social, raça, idade, entre outros) para criar um catálogo impresso, considerando as dificuldades no acesso à internet de grande parte dos capoeiristas.

3.2**Constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural da capoeira**

Ações que visam salvaguardar e socializar a base documental sobre o universo em foco, bem como proporcionar infraestrutura adequada para o acondicionamento e a disponibilização de documentos.

AÇÃO 41

Criar biblioteca virtual e disponibilizá-la no site do Cadastro Nacional da Capoeira, contendo todos os materiais com temas relacionados ao universo da capoeira, a fim de instigar o interesse dos mais novos pela história de resistência da capoeira, suas práticas, ideologias e saberes.

AÇÃO 42

Organizar, catalogar, manter e difundir materiais históricos, publicações, vídeos, filmes e músicas relativos aos saberes e fazeres dos Mestres e grupos de Capoeira da Bahia, em um espaço chamado “Memorial dos Mestres”.



3.3 Ação educativa para diferentes públicos

Ações pedagógicas para diferentes segmentos sociais, como os de escolares, pesquisadores, técnicos e gestores de instituições públicas ou privadas, etc. Envolve a preparação de conteúdos dirigidos aos diferentes segmentos sobre a importância dos bens culturais registrados.

AÇÃO 43

Garantir a atuação no ensino superior dos Mestres de capoeira ou de Mestres da cultura popular, respeitando sua formação popular e atuação na comunidade, garantindo remuneração igual ou superior à do Mestre acadêmico, enquanto:

- Palestrantes, ministrantes de cursos e oficinas de extensão universitária e difusão cultural, entre outras atividades acadêmicas relacionadas aos seus saberes e fazeres;
- Docentes de capoeira, a ser ministrada como disciplina obrigatória nos currículos de graduação de ensino superior em ciências humanas;
- Docentes de capoeira, a ser ministrada nos cursos de Educação Física, para que os alunos reconheçam e valorizem a prática da capoeira não apenas como exercício físico, mas também como história, cultura e música.

AÇÃO 44

Inserir a capoeira nos Jogos Estudantis da Bahia, de forma competitiva e cooperativa, utilizando o formato de gincana ou outros formatos que contemplem a sua diversidade, história e riqueza cultural.

AÇÃO 45

Criação de um laboratório de memória e gestualidade, com aulas ministradas por Mestres de capoeira angola de diferentes territórios baianos.

3.4**Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda**

Ações voltadas para a valorização de iniciativas relativas à salvaguarda da capoeira, sobretudo as iniciativas desenvolvidas pelos capoeiristas que atuam na perspectiva da política de salvaguarda para o patrimônio cultural imaterial.

AÇÃO 46

Acompanhar os avanços das tramitações do Projeto de Lei Substitutivo à Lei nº 1.176 de 2011, conhecido como Lei Griô e Lei dos Mestres, bem como dos projetos de regulamentação e profissionalização da capoeira na Bahia.

AÇÃO 47

Garantir o apoio financeiro direto aos Mestres de capoeira reconhecidos pela comunidade na Bahia, através de concessão de prêmio/bolsa-auxílio vitalícios, determinado a partir do seu tempo de atuação como Mestre.

AÇÃO 48

Promover programas de premiação de caráter pecuniário para:

- Mestres de capoeira da Bahia, incluindo o recebimento de um diploma de reconhecimento pelos serviços prestados à cultura brasileira, com Mestres mais antigos compondo a comissão avaliadora. Reativação do programa Viva Meu Mestre.



- Mestres, Contra-Mestres, Professores e Graduados que atuam com a capoeira como ferramenta de inclusão social, desde projetos desenvolvidos com a infância, idosos e portadores de deficiências, até ações com comunidades de risco social.
- Financiamento direto e contínuo às ações de produção e difusão de rodas dos diversos segmentos da capoeira, que estejam em funcionamento há muitos anos e que sejam reconhecidas pelas respectivas comunidades, tais como rodas e eventos de capoeira que mantêm a tradição.
- Mulheres capoeiristas do estado da Bahia.

AÇÃO 49

Criação de editais de fomento específicos para a capoeira, nas esferas federal, estadual e municipal, em modo simplificado, diminuindo a burocracia, que sejam:

- Voltados para os Mestres de capoeira, e ações desenvolvidas pelos Mestres, com cotas territoriais, levando em consideração a oralidade para a apresentação das propostas;
- Por demanda espontânea;
- Através dos programas Cultura Viva e Capoeira Viva (a ser reativado), incluindo apoio aos processos burocráticos de prestação de contas, através de assessoria jurídica e técnica gratuitas;
- Precedidos de ampla divulgação;
- Com oferecimento de assessoria jurídica e apoio técnico contínuo para elaboração dos projetos culturais, captação, desenvolvimento e prestação de contas.

AÇÃO 50

Apoiar a mobilidade artística para capoeiristas representarem a cultura brasileira no exterior (dando cursos e oficinas, apresentações artísticas e participação em eventos), através da concessão de “bolsas-sanduíches” ou através de editais específicos voltados ao intercâmbio internacional da capoeira.

AÇÃO 51

Fomentar investimentos na capoeira através do incentivo fiscal pela política de mecenato (Lei Rouanet e FazCultura), realizando uma ampla campanha de divulgação e esclarecimento, tanto para grupos de capoeira, quanto para o setor privado (agentes financiadores) que atuam nos Territórios de Identidade.

3.5**Ampliação de mercado para benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais**

Tais ações referem-se à profissionalização dos capoeiristas, sua atuação enquanto educadores e docentes; sua participação em apresentações culturais e demais eventos.

AÇÃO 52

Garantir a atuação do docente de capoeira, seguindo a orientação de que o reconhecimento do ofício de Mestre de capoeira seja feito por seu Mestre, pela sua comunidade, sem a necessidade de formação acadêmica, independentemente de qualquer órgão regulamentador e fiscalizador.

AÇÃO 53

Criar formas de seleção para trabalho em instituições públicas de ensino, garantindo a atuação de Professores, Treinéis,



Contra-Mestres e Mestres de capoeira nas três esferas do Estado (municipal, estadual e federal), de forma que:

- As seleções tenham requisitos compatíveis com a realidade de escolaridade dos Velhos Mestres, e incluam obrigatoriamente na sua comissão avaliadora capoeiristas reconhecidos pela comunidade, representantes das diversas linhagens da capoeira.
- A capoeira passe a constar dentre as atividades curriculares obrigatórias e optativas para os alunos.

AÇÃO 54

Promover a participação bem remunerada de capoeiristas e de Mestres das diversas linhagens da capoeira em apresentações culturais, festas populares, eventos dos calendários cívicos/culturais municipais da Bahia, projetos e rodas de diálogos promovidos pelo poder público, possibilitando a difusão cultural e a transmissão do saber oral às novas gerações na Bahia. As participações serão promovidas por meio de chamadas públicas ou de um sistema rotativo anual de escolha, entre os grupos do estado.

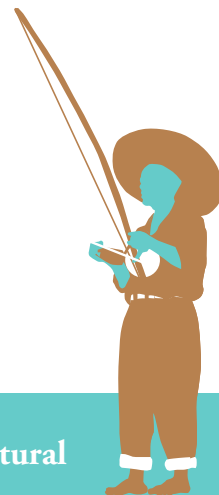
AÇÃO 55

Criar a função pública de capoeirista, que atenda às demandas de todos os programas sociais dos municípios do estado da Bahia, adotando como critério para a contratação o concurso público, através do sistema de cotas e sem a exigência da escolaridade, levando em consideração a oralidade.

AÇÃO 56

Apoiar a elaboração de currículos profissionais dos capoeiristas, a partir da criação de portfólios contendo fotografias e peças de audiovisual que retratem a história de maestria que contribuiu para a formação do capoeirista enquanto educador.

EIXO 4. *PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL*



4.1

Transmissão de saberes relativos ao bem cultural registrado

Ações de apoio às condições de permanência do bem cultural enquanto prática vivida, viabilizando o aprendizado por novas gerações e por outros segmentos de detentores, dentro do grupo ou comunidade onde é tradicionalmente cultivada, por meio do desenvolvimento de atividades como: oficinas, aulas ou outras dinâmicas de transmissão próprias de cada contexto, considerando a possibilidade de viabilizar ajudas de custo para garantir a frequência dos aprendizes, assim como remuneração para os mestres que realizarão as oficinas, aquisição de matérias-primas e demais insumos.

AÇÃO 57

Fomentar projetos que promovam oficinas de confecção de instrumentos utilizados na Roda de Capoeira (garantindo a difusão da cultura empreendedora da capoeira e a geração de renda), palestras sobre conhecimentos e saberes tradicionais da capoeira para as novas gerações, e criação e projeção de videoaulas sobre história e cultura da capoeira.

AÇÃO 58

Promover projetos sócio-educacionais inclusivos na prática da capoeira, que permitam o acolhimento de pessoas com deficiências e idosos, bem como promovam o bem-estar de crianças em estado de vulnerabilidade social.



AÇÃO 59

Incentivar e promover ações e projetos que propiciem o diálogo entre a capoeira e o meio ambiente, sua prática em espaços naturais e educação ambiental.

CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO FORMAL

AÇÃO 60

Promover o ensino da história afro-brasileira para alunos de todos os níveis de ensino, em instituições públicas e privadas da Bahia, fortalecendo a identidade negra, tendo como foco a prática da capoeira como símbolo de resistência e liberdade.

AÇÃO 61

Criar Leis Municipais fundamentadas na Lei Federal 10.639/03 e na Lei Estadual 13.182/24, que oficializem o exercício do labor dos Mestres, contramestres e professores de capoeira da Bahia na rede de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Ensino Superior), dando efetividade às leis citadas e demais dispositivos legais que garantam a atuação dos profissionais da capoeira nas escolas. A criação destas leis contará com subsídios técnicos elaborados pelos GTs da Salvaguarda (capoeiristas e órgãos públicos integrantes do Conselho Gestor).

AÇÃO 62

Implementar um programa de inserção de capoeiristas como educadores nas Escolas Municipais do Estado da Bahia, elaborado através de um fórum de discussão com a participação dos capoeiristas e dos GTs da Salvaguarda e tendo como meta a contratação de, no mínimo, um professor de capoeira por escola.

AÇÃO 63

Potencializar e garantir a implementação da capoeira regional, capoeira angola e outras vertentes no currículo das escolas públicas e privadas, nos Programas de Educação Integral já existentes, tendo como base a Lei Estadual nº 13.182, parágrafo único do artigo 41, como também a Lei 10.639 e Lei 11.645. Tendo como objetivo:

- A valorização e reconhecimento da cultura afro-brasileira e afro-indígena. O ensino deve ser feito por Mestres e professores de capoeira, com remuneração compatível com a dos professores concursados.
- Orientar as Secretarias de Educação quanto à presença da capoeira nas escolas e inserir os capoeiristas professores dos Programas de Educação Integral na construção do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, valorizando o saber popular dos capoeiristas, melhorando a relação entre os profissionais atuantes no espaço escolar e a partir do papel interdisciplinar da capoeira.

AÇÃO 64

Criar uma Comissão temática, integrada ao Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, para fiscalizar e propor melhorias para os Programas de Educação Integral, tendo como objetivo a valorização da capoeira e de seus profissionais. Deverão ser encaminhadas as seguintes propostas:

- Garantir a verba recebida pela Escola para aplicação no Programa;
- Garantir as condições e materiais adequados à prática da capoeira: espaço, uniformes e instrumentos;
- Qualificar e valorizar dos profissionais, passando de voluntários bolsistas para profissionais da área exigida pela oficina, contratados e remunerados por salários;



- Os capoeiristas que ainda não são professores deverão ser supervisionados pelo Mestre ou responsável pelo grupo para ministrar as aulas. Deverão de ser integrantes, de maneira atuante, de uma associação ou grupo de capoeira com mais de 5 anos de existência, ou comprovar histórico de atuação como profissional de capoeira;
- Garantir o processo de transparência nas seleções dos monitores;
- Garantir o diálogo com a comunidade e a formação do Comitê Local, como previsto no Programa;
- Aumento do tempo mínimo de execução da oficina de semestral para anual;
- A escolha das oficinas deverá ser realizada com a participação dos estudantes;
- Participação dos profissionais do Programa no Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, contribuindo assim com a construção de uma educação integral real.

AÇÃO 65

Reativar o programa da Secretaria Estadual de Educação “Capoeira na escola”.

4.2

Apoio às condições materiais de produção dos bens culturais registrados

Ações diretas ou indiretas para facilitar a obtenção ou aquisição de matérias-primas (sementes, cabaças, biribas, couro, etc.), equipamentos necessários e conhecimentos das técnicas utilizadas. Apoio à adequação de espaços coletivos para a produção e reprodução do bem cultural (que envolvam vários grupos e segmentos detentores do Bem Registrado), sejam elas realizadas por meio da contratação para compra ou a realização de mediação institucional (por exemplo, para a elaboração de planos de manejo ambiental, cessão de espaço para ateliês, etc.).

AÇÃO 66

Construir ou ocupar, adequar e realizar manutenção de espaços públicos sub-aproveitados, em cada município da Bahia, para que sejam:

- Adaptados especificamente para a realização de Rodas, eventos e encontros de capoeira, preferencialmente em lugares de ampla circulação, no centro das cidades.
- Aptos para o acolhimento de pessoas com deficiência, para aulas, treinos, rodas e salas de pesquisa.

AÇÃO 67

Garantir, via reserva de pauta gratuita, a realização de ações da Capoeira em espaços públicos de Cultura dos Municípios e Estado da Bahia, através de acordos de cooperação entre poder público e grupos de capoeira, mediante chamadas públicas.



AÇÃO 68

Criar um banco de sementes e mudas, principalmente de cabaças e biribas, a serem distribuídas entre capoeiristas e pequenos agricultores familiares interessados, incluindo capacitações e apoio técnico especializado para os processos de cultivo, plantio e extração.

AÇÃO 69

Estimular a aquisição de instrumentos e demais recursos relativos à roda de capoeira feitos por artesãos capoeiristas, pautados no modelo de economia solidária. Estes artesãos serão inscritos em cadastro realizado pelo Conselho Gestor da Salvaguarda, disponibilizado através de catálogo online produzido pelo governo do estado e atualizado semestralmente.

4.3

Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para centros de referência de bens registrados

Ações voltadas para aquisição de equipamentos e infraestrutura para Centros de Referência estabelecidos nos moldes da política de salvaguarda; construção, reforma e acabamento; sinalização, montagem de exposição permanente.

AÇÃO 70

Criar um Centro Nacional de Referência da Capoeira, a ser implementado no Forte do Santo Antônio Além do Carmo (Forte da Capoeira), na cidade de Salvador, Bahia, cuja gestão seja compartilhada com capoeiristas.

AÇÃO 71

Construir e/ou ocupar espaços físicos para implantar Centros de Referência da Capoeira em cada Território de Identidade da Bahia, articulados em rede, com políticas sustentáveis. Estes Centros funcionarão:

- Como Centros de Informação, preferencialmente geridos por capoeiristas, que contarão com documentação da memória da capoeira, biblioteca, estúdio, acervo audiovisual e outros acervos para pesquisas e estudos sobre capoeira.
- Como Centros de Cultura voltados ao capoeirista e ao público em geral, que contarão com oficinas, palestras e cursos livres, ministrados preferencialmente por capoeiristas, aulas rotineiras de diferentes grupos de capoeira, rodas, produção de instrumentos, músicas, fóruns, reuniões, batizados, eventos, seminários e rituais.
- Preferencialmente que o espaço físico seja um espaço histórico da capoeira restaurado, atendendo às exigências de promoção da acessibilidade, para comportar as ações.
- Integrados ao Programa Cultura Viva.

4.4

Atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos

Ações de apoio, esclarecimento e assessoria de modo a subsidiar as decisões dos detentores em relação a situações que envolvam questões de direitos de propriedade intelectual e coletivos concernentes aos saberes associados aos bens Registrados.

AÇÃO 72

Criar mecanismos para garantia dos direitos autorais aos capoeiristas no uso de imagens, cantigas e memórias relacionadas à capoeira na Bahia, permitindo a defesa dos valores e símbolos das criações, em peças promocionais de audiovisual e sonoras produzidas com fins comerciais/de divulgação. Articular a aproximação da comunidade criativa da capoeira com produtoras.





SALVAGUARDA DA



CAPOEIRA NA BAHIA



MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO
FEDERAL